

f) Declaração, emitida e autenticada pelo órgão ou serviço de origem (data reportada ao prazo estabelecido para apresentação das candidaturas), da qual conste:

- i) Identificação da relação jurídica de emprego público de que é titular;
- ii) Identificação da carreira e da categoria de que o candidato seja titular e a respectiva antiguidade;
- iii) Descrição das funções exercidas pelo candidato;
- iv) Menção quantitativa e qualitativa da avaliação do desempenho dos anos de 2008, 2009 e 2010.
- v) Posição e nível remuneratório, com indicação da data de produção de efeitos e o correspondente montante pecuniário.

13 — As falsas declarações prestadas pelo candidato serão punidas nos termos da lei.

14 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação descrita no currículo, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

15 — Nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 53.º da LVCR e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, são adoptados como métodos de selecção obrigatórios, consoante os casos:

15.1 — Prova de conhecimentos (PC) destinada a avaliar se e em que medida os candidatos dispõem das competências técnicas necessárias ao exercício da função:

- a) Aplica-se aos candidatos que não se encontram a executar actividade caracterizadora do posto de trabalho a que se refere o presente procedimento, bem como aos candidatos referidos no ponto 15;
- b) Assumirá a natureza teórica incidindo sobre conteúdos genéricos e específicos directamente relacionados com as exigências da função;
- c) Terá a duração de 20 minutos e assumirá a forma oral, não sendo permitida consulta de legislação e bibliografia;
- d) Terá uma ponderação de 70 %, observando o disposto no n.º 5 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.
- e) Os temas a abordar na prova de conhecimentos são os seguintes:

- i) Orgânica do Ministério da Saúde;
- ii) Orgânica da Direcção-Geral da Saúde;
- iii) Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública;
- iv) Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas;
- v) Regimes de vinculação, de carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.

A bibliografia e legislação necessária à preparação dos temas acima referidos é a seguinte:

Decreto-Lei n.º 212/2006 (alterado pelos Decretos-Lei n.º 222/2007, de 29 de Maio, n.º 234/2008, de 2 de Dezembro e n.º 91/2010, de 22 de Julho);

Decreto regulamentar n.º 66/2007, de 29 de Maio;

Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro (alterada pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro);

Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro;

Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (rectificada pela Declaração de rectificação n.º 22-A/2008 e alterada pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, n.º 34/2010, de 2 de Setembro e n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro);

Lei n.º 59/2008, de 11 de Fevereiro (alterada pelos Decretos-Lei n.ºs 89/2009, de 9 de Abril e 124/2010, de 17 de Novembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril);

Código do procedimento administrativo.

15.2 — Avaliação Curricular (AC), destinada a analisar a qualificação dos candidatos, sendo ponderados a habilitação académica, a formação profissional, a experiência profissional e a avaliação do desempenho:

- a) Aplica-se aos candidatos que, cumulativamente sejam titulares da categoria e se encontrem ou, tratando-se de candidatos colocados em situação de mobilidade especial, se tenham por último encontrado, a cumprir ou a executar a actividade caracterizadora do posto de trabalho para cuja ocupação o presente procedimento foi publicitado;
- b) Terá uma ponderação de 70 % de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

16 — Os candidatos nas condições referidas no ponto 15.2 a) podem afastar, mediante declaração escrita no formulário de candidatura, a utilização do método de selecção avaliação curricular optando pela prova de conhecimentos.

17 — Método de selecção facultativo — entrevista profissional de selecção (EPS), destinada a avaliar, a experiência profissional e aspectos

comportamentais, o qual terá uma ponderação de 30 % de acordo com o disposto no artigo 7.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

18 — A classificação final (CF), expressa de 0 a 20 valores, resultará da seguinte fórmula:

$$CF = (70 \% PC/AC) + (30 \% EPS)$$

sendo que:

- CF — Classificação Final;
- PC — Prova de Conhecimentos;
- AC — Avaliação Curricular;
- EPS — Entrevista Profissional de Selecção.

19 — Cada um dos métodos de selecção é eliminatório, sendo excluído do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de selecção, não lhes sendo aplicado o método de selecção seguinte.

20 — Composição do Júri:

a) Presidente: Mestre Belmira Maria da Silva Rodrigues, Directora de Serviços de Administração;

b) Vogais efectivos:

i) Licenciada Sara Maria Calado da Silva, técnica superior, do Núcleo Jurídico, que substitui a presidente nas suas faltas e impedimentos;

ii) Marília Neves Nunes, coordenadora técnica da Secção de Contabilidade e Aprovisionamento;

c) Vogais suplentes:

i) Luís Filipe Pedreiro Ferreira, Chefe da Divisão de Gestão de Recursos;

ii) Maria Paula Costa Seguro Serra Coelho, assistente técnica, da Secção de Pessoal e Expediente.

21 — As actas do júri onde constam os parâmetros de avaliação e a respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

22 — Lista unitária de ordenação final dos candidatos:

22.1 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados é notificada nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 30.º, ambos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro;

22.2 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação pelo Director-Geral da Saúde é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível e público das instalações da Direcção-Geral da Saúde e disponibilizada na respectiva página electrónica, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

5 de Dezembro de 2011. — O Director-Geral, *Francisco George*.
205443065

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

Delegação Regional do Norte

Despacho (extracto) n.º 16920/2011

Termo de Período Experimental

Para efeitos do n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com os artigos 73.º a 78.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, da Cláusula 6.ª do Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1-A/2009, de 28 de Setembro, e do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, de 1 de Março, declaro a conclusão com sucesso dos períodos experimentais das Técnicas Superiores, Filipa Melo Santos, com a Avaliação Final de 16,21 (dezasseis vírgula vinte e um) valores; Isabel Machado Torres, com a Avaliação Final de 17,75 (dezassete vírgula setenta e cinco) valores; Maria de Fátima Silva Carneiro de Almeida, com a Avaliação Final de 16,21 (dezasseis vírgula vinte e um) valores; Maria Sofia M Novais Pissarra, com a Avaliação Final de 15,14 (quinze vírgula catorze) valores; Sandra Marlene Carvalho Oliveira, com a Avaliação Final de 17,5 (dezassete vírgula cinco) valores.

2 de Dezembro de 2011. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Castel-Branco Goulão*.

205440108

Despacho n.º 16921/2011

Nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96 de 31 de Janeiro, e no uso da autorização concedida pelo n.º 4, da Despacho

n.º 16065/2010, publicado no *Diário da República* n.º 207, 2.ª série, de 25 de Outubro de 2010, com a declaração de rectificação n.º 2293/2010, de 10 de Novembro de 2010 subdelego:

1 — Nas Directoras dos Centros de Respostas Integradas de Bragança e Vila Real, e no Director da Unidade de Alcoologia do Porto, da Delegação Regional do Norte do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P., o poder necessário para a prática dos seguintes actos, na área de influência das referidas Unidades:

1.1 — No âmbito da orientação e gestão da delegação regional, respectivamente:

- a) Exercer os poderes de direcção, gestão e disciplina do pessoal;
- b) Praticar actos respeitantes ao pessoal previstos na lei e nos estatutos;
- c) Praticar os demais actos de gestão decorrentes da aplicação dos estatutos e necessários ao bom funcionamento dos serviços;
- d) Superintender na utilização racional das instalações afectas aos respectivos serviços, bem como a sua manutenção, conservação e beneficiação;
- e) Promover a melhoria de equipamentos que constituam infra-estruturas de atendimento;
- f) Velar pela existência de condições de saúde, higiene e segurança no trabalho, garantindo, designadamente, a avaliação e registo actualizado dos factores de risco, planificação e orçamentação das acções conducentes ao seu efectivo controlo;
- g) Gerir de forma eficaz e eficiente a utilização e conservação dos equipamentos afectos aos respectivos serviços.

1.2 — Nos domínios das alíneas a) e b) do número anterior:

- a) Dinamizar e Acompanhar o processo de avaliação do mérito dos trabalhadores, funcionários ou agentes, garantindo a aplicação uniforme do regime de avaliação no âmbito dos respectivos serviços;
- b) Adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, observados os condicionalismos legais, bem como estabelecer os instrumentos e práticas que garantam o controlo da respectiva assiduidade;
- c) Justificar ou injustificar faltas.

2 — Os Directores das Unidades são:

Centro de Respostas Integradas de Bragança — Licenciada Sofia Margarida Trigo Vaz Romão Lourenço;

Centro de Respostas Integradas de Vila Real — Licenciada Eva Eduarda Sapage Madeira;

Unidade de Alcoologia do Porto — Licenciado Alcino Américo da Silva Fernandes.

3 — A presente deliberação produz efeitos desde 12 de Outubro de 2011, ficando por este meio ratificado todos os actos praticados no âmbito dos poderes agora subdelegados.

6 de Dezembro de 2011. — O Delegado Regional do Norte do IDT, I. P., *Adelino Fernando do Vale Ferreira*.

205440173

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.

Aviso n.º 24076/2011

Considerando o teor do Relatório Técnico do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC), aprovado em reunião de Conselho de Ministros de 15 de Setembro do corrente ano,

Atendendo aos objectivos de reorganização e redução das estruturas superiores da Administração Pública, bem como do número de dirigentes intermédios,

E tendo em conta os efeitos que tais medidas produzirão na estrutura organizacional do Instituto, designadamente no que respeita à reorganização da estrutura dirigente,

Revogo o meu Despacho de 28/07/2010, que procedeu à abertura do concurso para recrutamento de cargo de direcção intermédia de 1.º grau — Director do Centro de Saúde Pública Doutor Gonçalves Ferreira e determino a consequente anulação do procedimento concursal publicitado pelo Aviso n.º 12623/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 113, de 14 de Junho de 2011, nos termos do disposto nos artigos 140.º e 135.º do Código do Procedimento Administrativo.

23 de Novembro de 2011. — A Vogal do Conselho Directivo, *Filomena de Jesus Parra da Silva*.

205446184

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular

Despacho n.º 16922/2011

No uso da faculdade que me é conferida pelo disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, em conjugação com o disposto no n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, e alterado ainda pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, e Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro, determino o seguinte:

1 — Delego nos Subdirectores-Gerais da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, abreviadamente designada por DGIDC, mestre Luís Filipe Marques dos Santos e mestre Pedro Tiago Dantas Machado da Cunha, nomeados nos termos dos Despachos n.ºs 13746/2011, de 04 de Outubro, e 13748/2011, de 04 de Outubro, respectivamente, as competências próprias que me estão cometidas por força do disposto na alínea d) do n.º 1 e na alínea e) do n.º 3, ambas do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, esta última conjugada com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e até ao montante máximo ali previsto.

2 — Consideram-se por este meio ratificados todos os actos praticados pelos Subdirectores-Gerais da DGIDC, no âmbito dos poderes ora delegados, desde 12 de Setembro de 2011.

31 de Outubro de 2011. — O Director-Geral, *Fernando José Egidio Reis*.

205448452

Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação

Despacho n.º 16923/2011

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, à professora do ensino público a seguir indicada, que concluiu com aproveitamento, no ano lectivo de 2009-2010, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensado do 2.º ano ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/99, de 11 de Outubro.

A classificação profissional produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2010.

Nome	Grupo de recrutamento	Classificação profissional	Instituição de Ensino Superior
Jacinta Maria Almeida	290	14	Faculdade de Teologia do Porto da Universidade Católica Portuguesa.

10 de Outubro de 2011. — O Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação, *Mário Agostinho Alves Pereira*.

205448014